

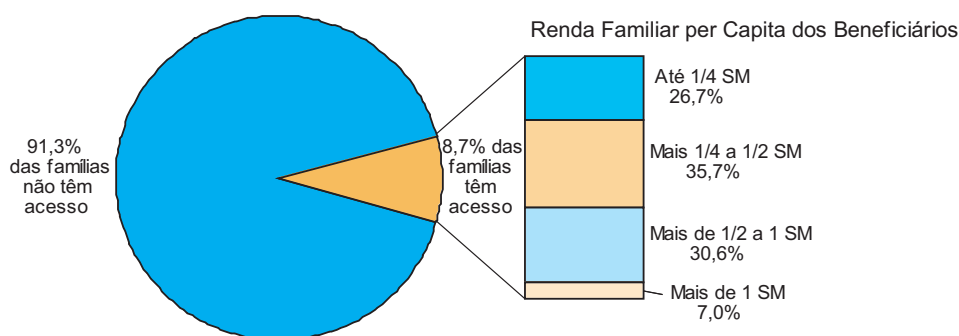
## PRINCIPAIS RESULTADOS

### Programas de transferência de renda

Em 2006, cerca de 9% das famílias paulistas eram beneficiárias de programas públicos de transferência de renda. Predominam, entre elas, famílias com renda de, no máximo, meio salário mínimo (62,4%), evidenciando que tais programas estão de fato atendendo os segmentos mais vulneráveis (Gráfico 1).

**Gráfico 1**

Distribuição das famílias, segundo acesso a benefícios públicos de transferência monetária, e dos beneficiários, por classes de renda familiar *per capita*  
Estado de São Paulo  
2006



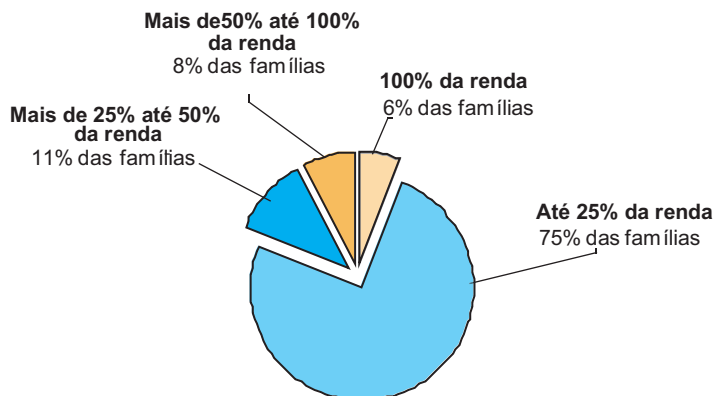
**Fonte:** Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

Para a maioria das famílias beneficiadas, a transferência recebida é um complemento de sua renda corrente. Para mais de 75% delas, os recursos originários desses programas não ultrapassam um quarto do total de sua renda mensal. Para apenas 5,7% das famílias atendidas, os benefícios correspondiam à única fonte de renda disponível (Gráfico 2).

Tais informações revelam que, ao menos no Estado de São Paulo, esses programas cumprem predominantemente o papel de complemento da renda familiar, diferentemente do que se espera em áreas deprimidas, onde inexistem oportunidades de trabalho. Assim, sua importância decorre do aumento e da maior estabilidade que proporcionam à renda disponível das famílias, o que amplia suas possibilidades de acesso a bens e serviços e ao crédito, que podem significar a melhoria do padrão de consumo ou, especialmente em regiões economicamente dinâmicas, a possibilidade de constituir um negócio próprio ou de aprimorar a capacitação profissional. Em outros termos, ao se admitir que as potencialidades de inserção produtiva dos beneficiários de programas de transferência de renda tendem a ser maiores quando atingem famílias residentes em áreas economicamente diversificadas e dotadas de infra-estrutura, a expansão de tais programas no Estado de São Paulo pode levar a resultados mais promissores que os tradicionalmente considerados por seus formuladores e seus críticos.

**Gráfico 2**

Distribuição das famílias atendidas, segundo participação da transferência na renda familiar mensal  
Estado de São Paulo  
2006

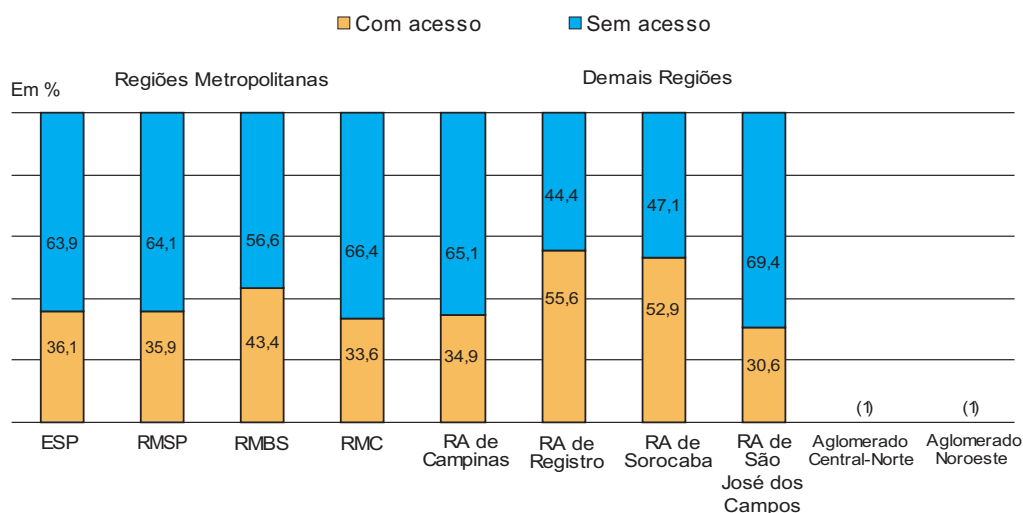


Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

A frequência escolar e a atualização da carteira de vacinação, principais contrapartidas exigidas pelos programas, não apresentam diferença entre famílias beneficiárias e não-beneficiárias. Em 2006, 97,5% das crianças e adolescentes paulistas de 6 a 15 anos pertencentes a famílias beneficiárias de transferências monetárias freqüentavam escola, percentual muito similar ao verificado para o total de crianças residentes no Estado (98,2%).

**Gráfico 3**

Distribuição das famílias com renda mensal familiar *per capita* de até um quarto de salário mínimo, segundo acesso a benefícios públicos de transferência de renda  
Estado de São Paulo  
2006



Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

(1) Esta categoria possui erro amostral relativo superior a 40%, limite máximo estabelecido para a divulgação dos dados da PCV.

A atualização da carteira de vacinação mostra-se ainda mais ampla, atingindo praticamente o total de crianças paulistas (99,1%). Tais resultados demonstram muito mais o sucesso das ações e políticas implementadas ao longo das últimas décadas, voltadas à universalização do acesso ao ensino fundamental e aos programas de vacinação, do que possíveis efeitos dos programas de transferência de renda.

A expansão desses programas, em especial entre as famílias mais pobres, apresenta situações regionalmente distintas. O Bolsa-Família, programa com maior participação no Estado, por exemplo, tem como meta atender metade da população com renda de até um quarto de salário mínimo. Entre as regiões metropolitanas, apenas a da Baixada Santista está próxima de alcançar tal meta e, entre as regiões administrativas, as de Registro e Sorocaba já a ultrapassaram.

Além de evidenciar a cobertura e alguns dos impactos de programas sociais, como os de transferência de renda, os resultados da PCV 2006 também revelam várias características da população residente em São Paulo e suas regiões. Seguem-se, a título de exemplo, alguns destaques, organizados tematicamente, com a ressalva de que outros cortes analíticos também são possíveis a partir do processamento dos microdados da PCV – 2006.